

Objetivo foi promover intercâmbio de boas práticas entre setores público, privado e sociedade

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nessa quinta-feira (3), em São Paulo (SP), da [Integrity Week na América Latina](#). A ação, promovida pela [Alliance for Integrity](#), buscou promover a conscientização, o diálogo e o intercâmbio de boas práticas, entre os setores público, privado e sociedade civil, relacionadas aos programas de prevenção à corrupção e compliance em países das Américas do Sul e Central. O evento foi gratuito e com tradução simultânea para o português e espanhol.

A secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, Cláudia Taya, fez parte do painel “Regulação Anticorrupção na América Latina: Desafios e Oportunidades”. Ela estava ao lado de representantes dos governos da Argentina, do México e do Paraguai. “A Operação Lava Jato e a aplicação da Lei Anticorrupção têm sido catalisadores no aumento do número de empresas interessadas em participar do [Pro Ética](#)”, disse ao se referir à iniciativa pioneira, criada pela CGU, que reconhece publicamente companhias comprometidas com a implementação de medidas e políticas de integridade nas suas relações comerciais.

A conselheira do Escritório Anticorrupção da Argentina, Carolina Podestá, destacou a recém aprovada lei de responsabilização de pessoas jurídicas no país, que prevê punições e mecanismos de integridade para melhoria do relacionamento entre governo e fornecedores. Já o representante da Comissão de Seleção do Sistema Nacional Anticorrupção do México, José Octavio Presa, abordou a importância da participação da sociedade no combate à corrupção e na melhoria dos governos.

Em seguida, a programação do evento promoveu debates sobre “A importância da Integridade nas Empresas Estatais” e “Compliance Digital: Implementação e Transparência”.

Pró-Ética

A possibilidade de sofrer prejuízos financeiros (multa sobre o faturamento e inidoneidade), além de eventuais danos à imagem, quando comprovada a prática de ilícitos previsto na Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) provocou um aumento significativo na demanda de empresas por orientações sobre como implementar medidas de integridade e transparência no ambiente corporativo.

O número de inscrições no [Pró-Ética 2017](#) foi recorde pelo segundo ano consecutivo, com aumento de 92% em relação à edição anterior. Ao todo, 171 empresas cumpriram os requisitos de admissibilidade e tiveram os respectivos programas de compliance avaliados - número 131% superior a 2016. Ao final, [23 foram aprovadas](#).

Fonte: CGU, em 04.05.2018.